

Sapucaia tecnológica e a coleta de coisas brancas *Technological Sapucaia and the collection of white things*

Luiza Dideco

 0009-0008-0741-1378
luizadideco@gmail.com

Resumo

O artigo narra as transformações na paisagem da ilha de Sapucaia, território que hoje faz parte do aterro sobre o qual foi construído o *campus* da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A ilha de Sapucaia foi o primeiro grande vazadouro de lixo da cidade do Rio de Janeiro e, mais tarde, aterrada com outras ilhas na realização do projeto modernista da Universidade do Brasil. Essas duas imagens da mesma ilha, que correspondem ao território que recebe aquilo que chega ao fim de sua vida útil e à base ideal que recebe a utopia, são aproximadas pela figura e pelo gesto do trapeiro que, caminhando em meio a paisagens devastadas por resíduos, coleta os trapos (os fragmentos) que serão transformados em papel (em plano). A ação Coleta de Coisas Brancas, realizada na enseada do Parque Tecnológico, aonde o lixo ainda chega pelas águas da baía de Guanabara, é apresentada como uma expedição à extinta ilha de Sapucaia, acessada pelo gesto trapeiro da coleta, de modo a narrá-la como um vazadouro de coisas e de memórias.

Palavras-chave

Ilha de Sapucaia. Memória.
Narrativa. Trapeiro. Coletar.

Abstract

This article narrates the transformations in the landscape of Ilha de Sapucaia, a territory now incorporated into the land upon which the campus of the Federal University of Rio de Janeiro was established. Ilha de Sapucaia was the first major garbage dump in the city of Rio de Janeiro and, later, was one of the islands filled in to carry out the modernist project of the University of Brazil. These two images of the same island, one corresponding to the territory that receives what reaches the end of its useful life and the other to the ideal base upon which a utopia is built, are brought together through the figure and gesture of the ragpicker, who, walking amidst landscapes devastated by waste, collects the rags (fragments) that will be transformed into paper (plan). The action Coleta de Coisas Brancas carried out in the cove of the Parque Tecnológico where garbage still arrives through the waters of Baía de Guanabara, is presented as an expedition to the now-extinct Ilha de Sapucaia, accessed through the ragpicker's gesture (the act of collecting), in order to narrate Ilha de Sapucaia as a dump of things and memories.

Keywords

Ilha de Sapucaia. Memory.
Narrative. Ragpicker. Collecting.

A Sapucaia

Sapucaia é uma árvore brasileira de grande porte que apresenta floração cor-de-rosa e fruto que, quando maduro, se destaca em duas partes: uma côncava que guarda as sementes e outra que naquela se encaixa como tampa. Com o mesmo nome foi denominada uma ilha na baía de Guanabara. A ilha de Sapucaia é, assim como o fruto, uma espécie de recipiente; porque é para dentro dela que certas coisas escoam e restam guardadas. A ilha de Sapucaia foi o primeiro grande vazadouro da cidade do Rio de Janeiro. Por aproximadamente 70 anos, esteve destinada a receber o que perdeu sua vida útil, constituindo uma resposta oficial às preocupações sanitárias e urbanísticas das regiões centrais da cidade do Rio de Janeiro, o que, entretanto, não impediu que surgissem pequenos territórios clandestinos de lixo respondendo à mesma demanda nas áreas periféricas da cidade. Os detritos eram transportados até a Sapucaia em saveiros que, cruzando as águas da baía, saturavam gradualmente o corpo de água e seu terreno (Machado, 2012, p. 49-50).

A Sapucaia é uma ilha extinta que ainda se pode pisar, porque parte de seu contorno foi redesenhado na criação de uma ilha mais ampla. Entre 1949 e 1952, a ilha de Sapucaia, que já não funcionava mais como vazadouro, passou por um processo de aterramento junto das ilhas vizinhas do Baiacu, do Bom Jesus, das Cabras, do Catalão, do Fundão, do Pindaí do Ferreira e do Pindaí do França. Criou-se assim um chão sobre o qual se concretizaria o projeto da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. O território unificado é chamado popularmente pelo nome de uma de suas ilhas formadoras: a ilha do Fundão.

A parte do território que correspondia à ilha de Sapucaia ainda não era plenamente utilizada pela universidade quando serviu, entre 1969 e 1974, como canteiro central de obras da Ponte Rio-Niterói. Mais uma obra de aterro foi realizada, dessa vez em uma seção pantanosa da ilha, onde foram erguidos escritórios técnicos, usinas de fundição e galpões para a fabricação de aduelas e grandes estruturas. Além de espaços de trabalho, também foram estabelecidos alojamentos e pequenas casas para os operários e chefes de obras (Camarinha, Sinder, 2024, p. 273-274). Após a conclusão da construção e da lenta evasão de seus trabalhadores, a vila destinada aos construtores da ponte foi aos poucos

se tornando a vila residencial dos funcionários da universidade. O lugar abrigou quem procurava morar mais perto do trabalho, mas também serviu de destinação involuntária para as famílias despejadas das outras ilhas do neutralizado arquipélago, onde já desde algum tempo sentiam a mudança provocada pelo aterramento dos canais pelos quais costumavam se transportar (Freire, 2010, p. 117). Hoje, parte das edificações da vila residencial tornaram-se repúblicas estudantis, servindo como moradia temporária aos alunos da UFRJ.

Em 2003, no território simultaneamente concreto e espectral da Sapucaia, foi fundado o Parque Tecnológico – um complexo de entidades públicas e privadas e de empresas nacionais e estrangeiras. As edificações vêm sendo construídas desde então. O espaço, definido como polo de pesquisa, inovação e empreendimento, destoa dos demais centros da universidade porque, além de ser guardado por uma cancela, é ocupado por prédios espelhados e pequenos galpões que não dialogam com as ruínas modernistas espalhadas por outras áreas da Cidade Universitária. Em 2023, a Reitoria da UFRJ, antes situada no histórico edifício modernista projetado por Jorge Machado Moreira, deslocou-se para o Parque Tecnológico, em prédio com pouco mais de uma década de existência, antes ocupado pela empresa Dell.

Refugos de toda espécie ainda chegam pelas águas da baía e se amontoam na estreita faixa de areia do Parque Tecnológico. Da orla, observa-se a extinta ilha do Bom Jesus, que hoje faz parte do mesmo continente da ilha de Sapucaia. Dentro da vegetação, entrevê-se o topo da igreja de Bom Jesus da Coluna erguida pela ordem franciscana em 1705, assim como ruínas de uma edificação colonial que por séculos, cumpriu diferentes funções: centro de estudos filosóficos e teológicos, sede política e escola. Pela maior parte do tempo, contudo, esteve destinada a receber indivíduos adoecidos. Construída como hospício para os próprios frades, a edificação também recebeu pessoas escravizadas que chegavam ao Brasil vitimadas por algum mal infeccioso e pacientes vulnerados pelas epidemias de cólera e febre amarela. A ilha de Bom Jesus foi sede temporária do Hospital de Lázaros e por mais de 100 anos, sediou o Asilo dos Inválidos da Pátria (1868-1976) reservado a combatentes da Guerra do Paraguai retornados ao país com ferimentos e traumas que os impediam de trabalhar (Muniz, 2020, p.78-85). Isolados e invalidados, indivíduos e coisas se encaravam através da faixa de mar que um dia separou as ilhas de Bom Jesus e de Sapucaia.

A ilha de Sapucaia esteve incluída em propostas radicalmente distintas: vazadouro, canteiro de obras, projeto modernista de universidade e Parque Tecnológico. Ainda sobre sua superfície foi estabelecido o Galpão do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da UFRJ, espaço onde pesquisadores dialogam, trabalham e experimentam. Não raro, os arredores do Galpão inundam as pesquisas ali conduzidas. Professores e alunos das disciplinas ministradas na ilha universitária percorrem, coletam e criam nesse espaço. De uma infiltração entre território e pesquisa, apresento Coleta de Coisas Brancas – uma expedição a uma ilha extinta. Trata-se de uma ação-narrativa que facilita o contato entre estudantes de graduação e a história do território universitário. Além da caminhada, pelo gesto de coletar é reanimada, na orla do Parque Tecnológico, a imagem da Sapucaia como recipiente para onde vazam coisas e memórias.



Figura 1

Vista da enseada do Parque Tecnológico, Ilha do Fundão, fotografia autoral, acervo pessoal

O vazadouro

Durante todo o período em que o vazadouro da ilha esteve ativo, a cidade do Rio de Janeiro foi capital, primeiro, do Império e, depois, da República. Sua centralidade política, só desmobilizada na década de 1960 com a construção de Brasília, justifica uma série de transformações urbanas que procuraram solucionar os problemas oriundos do crescimento da população e do lixo por ela produzido. Entre 1865 e 1937, o lixo produzido no Centro, na zona Sul e em parte da zona Norte da cidade foi transportado até a ilha de Sapucaia. Durante esses 72 anos, o Rio de Janeiro testemunhou transformações geográficas significativas, em muitos casos influenciadas pela lógica do pensamento higienista, a princípio orientado para a prevenção de doenças e epidemias.

No século 19, ainda não era claro o relacionamento entre microrganismos e as doenças que causavam. Nesse momento, a medicina ocidental acompanhava a teoria miasmática, isto é, responsabilizava o processo de apodrecimento e infecção do ar e das águas como causa de todo tipo de doenças (Martins, Martins, 2006). Essa teoria foi utilizada como justificativa para o aterramento de charcos e áreas alagadas e para o desmonte de morros que pudessem corroborar com a estagnação das águas e dos ares. O Rio de Janeiro guarda como exemplo o desmonte do Morro do Castelo, legitimado pelo então prefeito Carlos Sampaio “em nome da aeração e da higiene” (Abreu, 2013, p. 72). O discurso sanitista foi, contudo, muitas vezes instrumentalizado para a realização de interesses econômicos e políticos. O pesquisador Maurício de Almeida Abreu explica que as áreas afetadas pelo desmonte correspondiam a bairros proletários e que a medida facilitou a dispersão desses trabalhadores do coração da cidade, intencionando a valorização e especulação financeira da região, que havia sido escolhida para receber a Exposição Internacional do Centenário da Independência – espetáculo que inseria o país na modernidade, atraindo turistas e movimentando capital.

A matéria geológica do morro do Castelo foi utilizada na criação de aterros no Flamengo e na Glória, espaços sobre os quais a cidade se expandiu e desenvolveu. A derrubada de cortiços e desmonte de morros promoveram drásticas mudanças nos modos de vida da população. A assepsia e a estetização promovidas vieram, entretanto, à custa do despejo de muitas famílias, e sem garantir sua adaptação ou moradia. Ao associar a degradação física e moral aos hábitos das

classes mais pobres, as políticas higienistas frequentemente expuseram vieses racistas e classistas. Do Centro foram exterminados tanto os espaços que poderiam ser focos de doenças quanto os espaços que representassem o passado colonial e sua decadência frente à modernidade. Em nome da salubridade e do progresso, a cidade foi redesenhada em centros e periferias, determinando também os tipos adequados para habitar cada um desses espaços. Os centros urbanos foram modificados com a finalidade de torná-los mais parecidos com as grandes cidades da Europa, e as classes trabalhadoras empurradas para as margens da cidade. Pela mesma lógica, foi tratada a questão do lixo: a higienização dos bairros centrais foi resultado da segregação dos detritos para uma ilha distante na enseada de Inhaúma. As mesmas epidemias que levavam os doentes à reclusão na ilha de Bom Jesus, eram atribuídas ao tipo de espaço que começava a ser produzido em sua vizinhança, na ilha de Sapucaia: territórios com acúmulo de material orgânico em decomposição, águas saturadas e estagnadas, e o denso ar da fumaça dos incineradores.

Em 1932, o vazadouro da ilha de Sapucaia possuía 400 habitantes. A maior parte dos trabalhadores era imigrante, e muitos desses espanhóis e portugueses sequer conheciam a cidade para além da ilha. As habitações eram divididas entre o alojamento de solteiros e as casas destinadas às famílias dos trabalhadores casados (A Sapucaia..., 1932, p. 3). O trabalho acontecia das cinco da manhã às cinco da tarde e consistia em descarregar os saveiros, separar e incinerar o lixo. Durante toda a existência do vazadouro da Sapucaia, foi apenas a partir de 6 de março de 1932 que os trabalhadores da Limpeza Pública passaram a ter folgas dominicais (O descanso..., 1932, p. 3). Os habitantes da Sapucaia também se ocupavam de plantar hortaliças e árvores para sua própria subsistência. Parte do terreno original da ilha era salubre, mas havia uma parte a ele acrescida formada pelo acúmulo de resíduos – uma camada de lixo que aterrou a enseada e redesenhou seu contorno (Corrêa, 1936, p. 11). A percepção pública da ilha de Sapucaia não conhecia sua paisagem de árvores frutíferas, alamedas de coqueiros e eucaliptos. Seu nome era frequentemente utilizado para adjetivar outros territórios e havia, portanto, outras ‘sapucaias’, ‘sucursais da sapucaia’ e ‘pequenas sapucaias’, todas elas qualificadas pelo fator da insalubridade.

Alguns artigos na imprensa buscaram, entretanto, narrar uma outra ilha de Sapucaia, respaldada pela interação com o próprio território e seus habitantes.

Em 1936, o periódico *Correio da Manhã* publicou a série A Guanabara como Natureza: Ilhas Cariocas, composta de textos e desenhos em bico de pena realizados pelo escritor e escultor Magalhães Corrêa. Na edição de 17 de maio de 1936, o autor, que foi professor da Escola Nacional de Belas Artes e pesquisador do Museu Nacional, relatou sua visita à ilha de Sapucaia onde observou hortas comunitárias em que se plantavam “couve, repolho, alface, cebolinha, bertalha, vagens, hortelã, pimenta nabiça nabo cenoura, e abóbora [...] abacateiros, bananeiras, mamoeiros, pés de fruta do conde e condessa; na encosta do morro, canna forrageira” (p. 11). Além disso, havia gado para leite e porcos para consumo.

Ainda que a ilha fosse cuidada e preservada por seus habitantes, o trajeto dos saveiros pela baía de Guanabara deixava rastros expressivos. Em períodos de marés baixas, era possível caminhar entre as ilhas de Sapucaia e de Bom Jesus por cima de uma camada de detritos (Machado, 2012, p. 53). A saturação do solo e da enseada começava a prejudicar a balneabilidade nos canais, o que levou à desativação do vazadouro em 1937. O território de lixo subsequente foi o território vizinho da ponta do Caju, que funcionou até 1970. O Aterro das Missões foi o espaço destinado ao descarte durante os oito anos seguintes, e, entre 1978 e 2012, o lixo era transportado ao Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, localizado em Duque de Caxias. Desde a desativação deste último, o principal território de lixo da cidade do Rio de Janeiro se encontra na cidade de Seropédica.

Esses deslocamentos deflagram uma força centrífuga – os resíduos viajam cada vez mais longe dos centros em que foram produzidos. Onde estiver o vazadouro, ali estará a margem. É também o que indica a incomparável Estamira, moradora do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, documentada no filme de Marcos Prado, que diz: “eu sou à beira do mundo” (*Estamira*, 2006, 50’42”). Estamira compreende sua existência condicionada por sua posição periférica e marginalizada como catadora e moradora de um aterro sanitário. Pode ser, porém, que tenha mesmo dito “eu sou a beira do mundo”, realçando a potência de criação da margem, que escapa ao centro já mapeado. Aquilo que em outras partes do território finda, no vazadouro resta. E é por isso que, mesmo quando já desativados, os territórios de lixo subsistem como margem – na convicção material de que o que parece chegar ao fim deixa sempre uma camada residual, ainda que remanejada para fora do campo de visão. Quando o vazadouro da Sapucaia foi

Figura 2
Outra vista da enseada do
Parque Tecnológico, Ilha
do Fundão,
fotografia autoral, acervo
pessoal

desativado, a ilha restou como um fragmento a ser reencontrado e ressignificado. “Liberta do lixo e limpa do lodo que os detritos causavam a Sapucaia poderá ser, em breve tempo, se outro destino não lhe derem, uma linda cidade à beira mar” (Estão desaparecendo..., 1938, p. 5). Ao final da década de 1940, a ilha de Sapucaia já compunha uma nova proposta: a de uma cidade universitária à beira-mar.



A universidade

A Universidade Federal do Rio de Janeiro surgiu na década de 1920, a partir de um decreto que unificou a Faculdade de Medicina, de Direito e a Escola Politécnica em única instituição denominada Universidade do Rio de Janeiro. Anos mais tarde, no primeiro mandato de Getúlio Vargas, a instituição passou a ser nomeada Universidade do Brasil, pensada agora como modelo para as demais universidades do país. Esse empreendimento foi liderado pelo ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema, que estabeleceu comissões para estruturar o projeto da universidade em níveis conceitual e concreto. As comissões foram formadas e desmanchadas, e seus membros divergiram em muitos pontos, principalmente quanto ao planejamento arquitetônico da Cidade Universitária e seu logradouro (Pinto, Buffa, 2009, p. 49).

Um dos principais embates encenados no campo do planejamento da Cidade Universitária deu-se entre os projetos do arquiteto italiano Piacentini e do francês Le Corbusier. Ambos realizaram seus desenhos a partir de um terreno na Quinta da Boa Vista, indicado naquele momento como o mais adequado para a construção. As construções de Piacentini estavam alinhadas ao regime fascista italiano, e ele, que já havia projetado o *campus* da Universidade de Roma, buscou no projeto da Universidade do Brasil recuperar um espírito clássico (Pinto, Buffa, 2009, p. 54). Le Corbusier, por sua vez, foi convidado por Lucio Costa, arquiteto membro de uma das comissões de planejamento. Lucio Costa (1952, p. 35) defendia a industrialização como meio de concretização da utopia social – implicando o fato de a produção em massa resultar na distribuição em massa – e apontou em Le Corbusier o parâmetro para a formação do arquiteto contemporâneo, em razão de sua capacidade de articulação dos problemas técnico, social e plástico em seus projetos. Nenhum dos dois projetos dos arquitetos estrangeiros foi aceito, e nem o terreno da Quinta da Boa Vista foi sede para a Cidade Universitária. Ainda assim, o projeto modernista de Le Corbusier influenciou o desenho oficial da Universidade do Brasil, realizado por Jorge Machado Moreira.

Até que se tomasse decisão definitiva sobre a localização da Cidade Universitária, foram realizados estudos técnicos em Botafogo, Manguinhos, Leblon, Petrópolis e Niterói (Pinto, Buffa, 2009, p. 53). Os logradouros definidos

oficialmente, contudo, foram poucos. A Quinta da Boa Vista foi o primeiro terreno escolhido para a construção da Universidade do Brasil, conforme o art. 10 da lei n. 452 de 5 de julho de 1937. Anos depois, o artigo foi revogado pelo decreto-lei n. 6.574 de 8 de junho de 1944, que definiu a região de Vila Valqueire como nova sede. Essa decisão também foi revogada e, enfim, substituída pelo decreto-lei n. 7.563 de 21 de maio de 1945, que reservou as áreas das ilhas do Fundão, do Pinheiro, do Pindaí do Ferreira, do Pindaí do França, da Sapucaia, e parte da de Bom Jesus e regiões adjacentes para a consolidação do projeto da Cidade Universitária. As ilhas do Baiacu, das Cabras e do Catalão foram acrescidas ao projeto quatro anos mais tarde, pelo decreto n. 27.495 de 24 de novembro de 1949.¹

A primeira fase das obras da ilha Universitária – de transformação do arquipélago em única ilha – durou de 1949 a 1952 e envolveu o desmonte de colinas e a dragagem de bancos de areia para a realização de um vasto aterro (Etub, 1954, p. 30). A criação dessa ilha emprega o procedimento da tábula rasa modernista ao arrasar o terreno, desvinculá-lo de suas características pregressas e aproximá-lo da página em branco sobre a qual projetar sem o atrito da história. A construção da ilha Universitária, assim como a construção de Brasília, começa por uma base idealizada, um território-abstração.

O projeto urbanístico e arquitetônico do *campus* ficou a cargo de Jorge Machado Moreira, arquiteto-chefe do Escritório Técnico da Universidade do Brasil. Seu anteprojeto reserva à área que corresponde à ilha de Sapucaia a construção de um jardim botânico, estrutura que não foi concretizada (Etub, 1952, p. 4). Das edificações desenhadas por Moreira, apenas cinco foram construídas: o Instituto de Puericultura, o Hospital Universitário, a Faculdade Nacional de Arquitetura, a Escola de Engenharia e a Gráfica. A conclusão de alguns desses prédios demandou mais de uma década, em razão do desinvestimento de recursos da Universidade do Brasil, nomeada Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1965.

O papel em branco e a ruína

Na década de 1970, o complexo habitacional moderno Pruitt-Igoe foi implodido em St. Louis, nos EUA, apenas 20 anos após sua construção. O colapso

¹ A ilha do Pinheiro (que constava no decreto) não fez parte do território unificado, mas foi absorvida pelo continente na região da Linha Amarela, correspondendo hoje ao Parque Ecológico da Maré.

foi documentado em imagens monumentais. No filme *Koyaanisqatsi* (1982), a cena da implosão de Pruitt-Igoe compõe um fluxo de imagens entrópicas que evidencia o impacto e irreversibilidade da marca humana expressa pela desorganização e transposição de massas geológicas. A entropia do gesto não é visível apenas nas cenas negativas das demolições e dos desmontes, mas também nas cenas positivas das próprias construções; afinal, os edifícios erigidos nos centros urbanos são a imagem reversa dos buracos de mineração abertos nas regiões periféricas (Lippard, 2014, p. 14). As fotografias da criação do aterro da ilha Universitária bem poderiam compor o documentário de Godfrey Reggio, em sua épica montagem de ritmos humanos e geológicos, pois a colina da ilha do Fundão, assim como o morro do Castelo, é um maciço que levou milhões de anos para se formar, e menos de três anos para ser desmontado. A desproporção entre essas durações é igualmente notável nos segundos de detonação do agregado de energia material e humana mobilizada na construção dos 33 edifícios de 11 andares do Pruitt-Igoe. Com similar monumentalidade, foi produzida a cena da implosão de parte do Hospital Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, um edifício modernista projetado por Jorge Machado Moreira.

O fato de ambas serem edificações modernistas provoca natural desconfiança quanto ao movimento e suas bases ideológicas. Tanto que a implosão de Pruitt-Igoe foi significada por Charles Jencks (1977, p. 9) como marco simbólico da morte da arquitetura moderna. O complexo habitacional foi implodido depois do arruinamento das estruturas, de sucessivos atos de vandalismo e aumento de índices de violência na região. Charles Jencks compreende a gradual inabitabilidade do espaço como consequência de seu planejamento, alegando que seu desenho modernista determinou o mau comportamento dos residentes. O autor argumentou que as ruínas de Pruitt-Igoe deveriam ter sido preservadas com a função de materializar uma advertência, reforçando o fracasso do *design* e da ética modernista preconizados no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, por arquitetos como Le Corbusier. Embora Jencks redija um obituário convincente, ele só o pôde fazer renunciando à observação de outras variáveis.

O projeto de Pruitt-Igoe foi patrocinado pelo governo e concebido dentro de um contexto de segregação racial, especificando blocos de moradores pretos e blocos de moradores brancos. No mesmo ano de sua inauguração, essa política

de segregação tornou-se inconstitucional, e, em razão da dificuldade de integração e do racismo, boa parte dos moradores brancos se evadiu. Por consequência, houve uma baixa na coleta dos aluguéis, o que constituía toda a renda de manutenção dos edifícios (Bristol, 1991, p. 165). Os cortes de orçamento realizados pelo governo antes mesmo da construção impediram a realização de muitas das etapas do projeto de Minoru Yamasaki, que originalmente contava com áreas de convivência e outras funcionais, como lavanderias, *playgrounds* e centros comerciais que criariam empregos para seus residentes. O enxugamento de recursos também teve por resultado a utilização de materiais de baixa qualidade; vidraças e fechaduras quebravam com frequência, aumentando a sensação de insegurança dos habitantes (p. 164). Para a pesquisadora Katharine Bristol, Pruitt-Igoe reflete menos o fracasso do *design* modernista do que o contexto socioeconômico do país (p. 170). A mitificação e responsabilização do projeto arquitetônico modernista ocultam o racismo estrutural da sociedade estadunidense e desviam a atenção do papel do Estado que, por meio do corte de gastos essenciais e do descompromisso quanto à manutenção do projeto de habitação popular, sabota seu êxito.

Para responder se a arquitetura modernista brasileira morreu na implosão da ala inacabada do Hospital Universitário da UFRJ seria necessário realizar um exercício de desmitificação similar ao realizado por Bristol em relação a Pruitt-Igoe. As obras do Hospital Universitário tiveram início em 1950 e foram interrompidas em 1955. Só em 1970 a retomada da construção começou a ser ensaiada, e o projeto repensado para ocupar apenas metade de sua estrutura original. Nos anos seguintes, houve outros períodos de paralisação em vista da dificuldade na concessão das verbas necessárias. O hospital foi inaugurado em 1978, a parte concluída foi ocupada, e a parte não concluída, popularmente conhecida como perna seca, restou como ruína e memória de um futuro desmobilizado e desinvestido até sua implosão em 19 de dezembro de 2010.

Os planos para a Universidade do Brasil e o início de suas obras aconteceram enquanto a cidade do Rio de Janeiro ainda era a capital do país, mas tão logo Brasília se tornou o principal canteiro de obras e centro da atividade política, a construção da universidade apresentou atrasos e reveses. Mais tarde, no período da ditadura militar, a promessa de um “milagre econômico” contrastava com os atrasos recorrentes nas obras públicas, a falta de transparência nos consórcios com as empreiteiras e o silêncio diante dos muitos acidentes fatais envolvendo

os trabalhadores da construção civil, como foi o caso nas obras da Ponte Rio-Niterói, cujo canteiro central localizava-se na área da ilha de Sapucaia (Camarinha, Sinder, 2024, p. 270). Durante a ditadura, a utopia da ilha Universitária foi apagada e ressignificada como tática de isolamento e enfraquecimento do movimento estudantil.

As ruínas da Cidade Universitária refletem a instabilidade política e orçamentária da qual as universidades públicas são reféns. No *campus* da Universidade Federal do Rio de Janeiro, existem outras construções inacabadas, e, ainda que relativamente recentes, a expectativa de sua implosão já é maior do que a de sua retomada. Essas ruínas universitárias nunca foram habitadas por humanos, só por outros seres, entre eles urubus que descansam nas folhas metálicas enjambradas e plantas que se enroscam nas vigas com ferrugem. Algo parecido acontece com os cupins que habitam a Esdi/Uerj, que, segundo o relato da pesquisadora e professora Zoy Anastassakis (2020, p. 38-44), são seres que, ao mesmo tempo que configuram desafios à manutenção da universidade, apresentam modos de fazer e soluções criativas em *design*. Por intermédio dos cupins, a autora acessa a ambiguidade dos espaços das universidades públicas, acometidos por praga muito mais grave: a política de cortes.

As ruínas são as feridas abertas por cortes orçamentários nas universidades públicas: espaços que, quando não inabitáveis, tornam-se desafiadores. Diante da impossibilidade de criá-la mais uma vez do zero, o que resta é ocupar a ilha Universitária assim como está. Para Anna Tsing (2019, p. 87), “Ocupar é dedicar-se ao trabalho de viver juntos, mesmo onde as probabilidades estejam contra nós”. Afinal, a permanência de discentes, docentes e técnicos é afetada pela precarização estrutural da universidade.

A ilha Universitária e suas ambiguidades podem ser acessadas e narradas por meio do lixo que persiste rebentando na enseada, sobrepondo assim o aterro universitário e o vazadouro (um quase aterro sanitário). O primeiro é a utopia de uma base íntegra, sem relevos ou acidentes, sobre a qual há a expectativa de concreção do projeto como desenhado na folha de papel, enquanto o segundo é um chão improvisado composto por restos. Essa relação entre plano e fragmento (que reflete a própria relação entre ilha e continente) será a seguir articulada pela figura do trapeiro, que aproxima esses dois extremos em um gesto que possibilita a formação da página em branco a partir de trapos de algodão recuperados do lixo.

A coleta

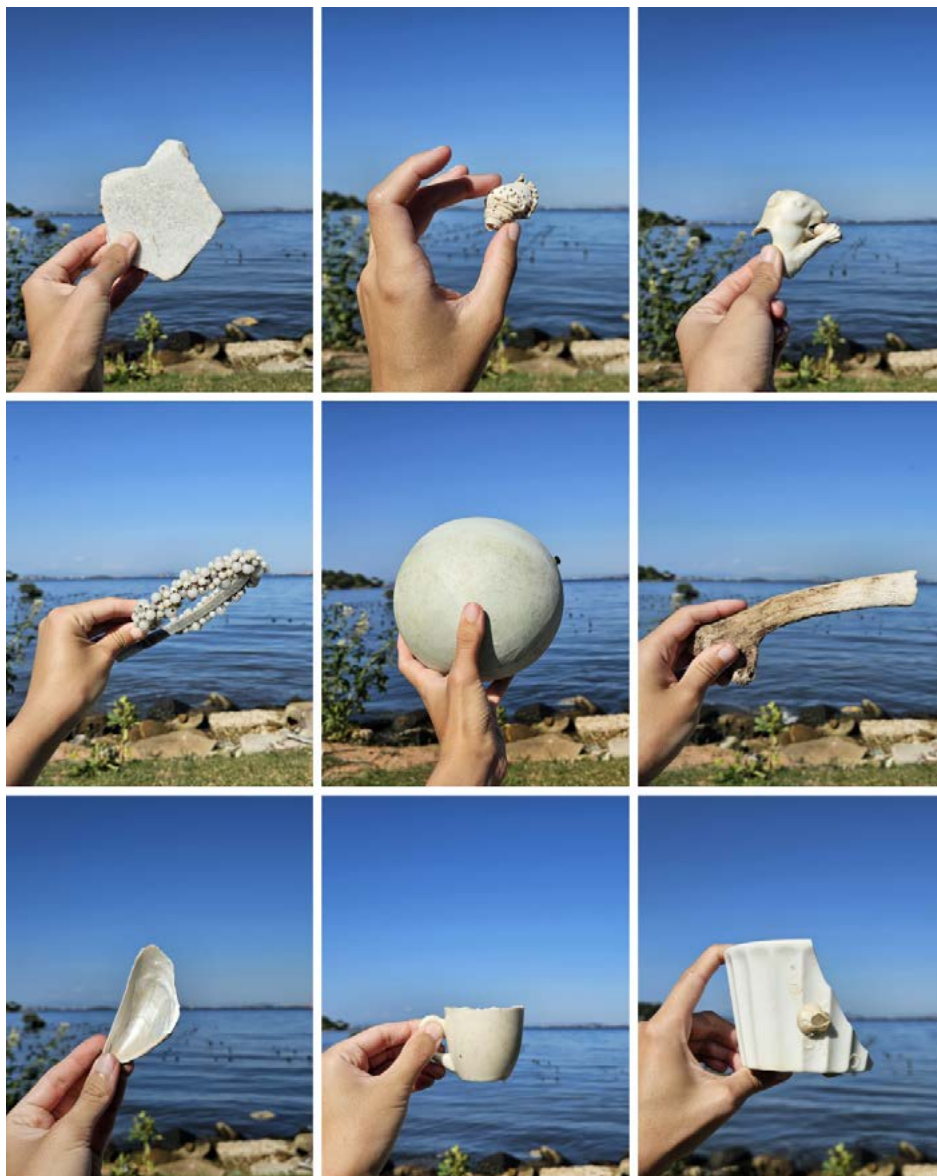


Figura 3
Registro de Coleta de
Coisas Brancas,
fotografias autorais,
acervo pessoal

Todo e qualquer território que receba restos atrairá a atividade da “catagem”. Os catadores suspendem o *status* de invalidez que conduz objetos e materiais a tais territórios e estabelecem um parâmetro próprio que salvaguarda uma fração de coisas da incineração e do esquecimento. Como colocado no documentário *Les glaneurs et la glaneuse* (2000, 30’), de Agnes Varda, a atividade da catagem é um direito dos necessitados, mas isso não inclui apenas quem cata para garantir sua subsistência, pois existem aqueles que são necessitados do próprio prazer de catar. Assim, as coisas filtradas em meio ao descarte são qualificadas não apenas por seu valor de mercado, mas por valores de outra espécie. Os trabalhadores do vazadouro da ilha de Sapucaia catavam. Seu alojamento era repleto de itens encontrados: “O curioso é que, pelas paredes, pelos cantos, sob as camas, se vê toda uma infinidade de botas, sapatos, botinas, roupas, arreios, relógios, anéis, talheres de christofle, thesouras, tudo achado no lixo” (A Sapucaia..., 1932, p. 3). Moradores da ilha do Catalão, no mesmo arquipélago, também catavam objetos valiosos no vazadouro, de maneira a complementar a renda familiar, mas também conforme sua própria curiosidade, compondo assim pequenas coleções (Freire, 2010, p. 115).

Em meio à classe de catadores, há um subgrupo que vasculha por um material específico – trapeiros que coletam trapos limpos e sujos para vender às fábricas. Na ilha da Sapucaia, a presença desses personagens é evidente, visto que em 1936, foi registrado um grande incêndio que acabou por ser apenas uma “queima de papéis velhos” juntados por trapeiros (Um Incêndio..., 1936, p. 8). O cronista João do Rio (1995, p. 24-25) descreve a atividade desses profissionais e situa sua posição marginalizada no Rio de Janeiro do começo do século 20:

O Rio tem também as suas pequenas profissões exóticas, produtos da miséria ligada às fábricas importantes, aos adelos, ao baixo comércio; o Rio, como todas as grandes cidades, esmiúça no próprio monturo a vida dos desgraçados. [...] Os trapeiros, por exemplo, dividem-se em duas especialidades – a dos trapos limpos e a de todos os trapos. [...] Os trapeiros existem desde que nós possuímos fábricas de papel e fábricas de móveis. Os primeiros apanham trapos, todos os trapos encontrados na rua, remexem o lixo, arrancam da poeira e do esterco os pedaços de pano, que serão em pouco alvo papel; os outros têm o serviço mais especial de procurar panos limpos, trapos em perfeito estado, para vender aos lustradores das fábricas de móveis.

Os catadores de “todos os trapos” os vendiam para fábricas que transformavam os restos em novíssimas folhas de papel, visto que a insuficiência de máquinas que processassem as polpas a partir da madeira demandava a reutilização de fibras vegetais já amaciadas, encontradas em pedaços descartados de pano e papel. O trapo, que é aquilo que se encontra no fim de sua vida útil, é transformado em página em branco – representação do que é sempre novo, disponível e desvinculado do passado. As páginas em branco são imagens míticas da cosmovisão ocidental de tendência abstrata, são as bases ideais para qualquer projeto porque renegam sua historicidade; já os trapos, são as ruínas da página e nela deflagram o tempo: seu futuro e sua pré-história como trapo.

O trapeiro é personagem conceitual importante na modernidade. Em Charles Baudelaire, ele reflete a imagem do poeta que vasculha a pilha de descarte da tradição burguesa, catando rimas – é a força marginal da poesia. Em Walter Benjamin, o historiador deve ser um trapeiro da memória das coisas. O historiador não vai ao passado como a uma origem íntegra, é o passado que chega até o historiador como fragmentos materiais. “[...] o trapeiro responde que tudo é anacrônico, porque tudo é impuro: é na impureza, na escória das coisas que sobrevive o Outrora” (Didi-Huberman, 2015, p. 120). O trapeiro configura um modo de narrar que privilegia o que está à margem da narrativa histórica oficial e linear, recuperando os resíduos esquecidos de um tempo.

[Imagens fragmentárias do passado da Ilha de Sapucaia rebentam na enseada do Parque Tecnológico.]

Em novembro de 2025, propus à turma de graduação da professora Mari Fraga (que na época orientava minha pesquisa de mestrado), a expedição Coleta de Coisas Brancas. Do prédio Jorge Machado Moreira, pegamos um ônibus até a entrada do Parque Tecnológico, de onde começamos a caminhar naquela região ainda desconhecida para boa parte dos estudantes. No caminho, eu contava a história do planejamento e aterramento da ilha Universitária. Até que chegamos à enseada, e a história passou a ser a de um vazadouro. À beira, o programa era curto e objetivo: apenas coletar coisas brancas. Foram encontrados ossos, plásticos, isopores, cerâmicas, tecidos, borrachas, espumas, pedras e conchas – fragmentos domésticos e urbanos, íntimos e impessoais, orgânicos e industriais.

Juntamos os fragmentos brancos no chão e montamos um conjunto, uma espécie de plano. O que foi percebido coletivamente é que o branco das coisas poderia ser o branco do que ainda era novo ou do que era tão antigo que havia perdido a cor, e nem sempre era possível determinar essa diferença. O branco da tábula rasa do aterro universitário encontrava o branco da água sanitária, “um tipo de branco que não é criado pelo alveijamento, mas que é ele próprio o alveijamento” (Batchelor, 2007, p. 12), branco que desbota as coisas nele imersas: o branco do esquecimento. Diante da impossibilidade de rastrear de onde vinham cada uma daquelas coisas que coletamos feito trapeiros, conversamos sobre a morte e sobre os fantasmas latentes.



Figura 4
Registro de Coleta de
Coisas Brancas,
fotografias autorais,
acervo pessoal



Figura 5
Registro de Coleta de Coisas
Brancas,
fotografia autoral, acervo
pessoal

A escritora Ursula K. Le Guin (2021) encontra nos coletores e nas coisas com potencial de contenção (bolsas, garrafas, tramas e redes) um potencial também narrativo. Diferentemente das narrativas dos caçadores, que, assim como suas flechas e lanças, relatam trajetões lineares e teleológicas, as narrativas dos catadores guardam fragmentos e com eles compõem – suas histórias não têm clímax, elas fermentam dentro da garrafa. Para a escritora, “junto ou antes da ferramenta que força a energia para fora, nós fizemos a ferramenta que traz a energia para casa” (p.19-20) Diferentemente da força centrífuga (o movimento de expulsão do centro para as periferias), essa outra capacidade narrativa traz coisas distantes para dentro e para perto. O movimento é menos heroico e mais errante. A ilha que tem o nome de um fruto côncavo é continente porque contém resíduos de coisas, gestos e tempos. No vazadouro de Sapucaia, dizia-se que os profissionais da catagem tinham “olhos de lince” (A Sapucaia..., 1932, p. 3) e “Sapucaia originou-se do termo tupi-guarani *iasapuka’i*, que significa ‘fruto que faz saltar o olho’ fazendo referência ao fruto que quando maduro abre uma tampa e expõe suas sementes” (Ribeiro et al., 2022, p. 1354). Acessamos um vazadouro de temporalidades onde se deve caminhar de olhos saltados e prestando atenção ao chão – aterrando-se. Coletar pode ser o gesto mais próximo para adentrar a extinta ilha de Sapucaia.

Luiza Dideco é professora substituta no Departamento de Artes Base (Pintura e Gravura) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestre em poéticas interdisciplinares pelo Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da UFRJ com a pesquisa Dentro da página em branco.

Referências

- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4 ed. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.
- ANASTASSAKIS, Zoy. *Refazendo tudo: confabulações em meio aos cupins na universidade*. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2020.
- A SAPUCAIA e suas relações com a cidade: um punhado de cousas curiosas que não foram, de roldão, no lixo abandonado. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 fev. 1932. p. 3. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/089842/per089842_1932_11408.pdf.
- BATCHELOR, David. *Cromofobia*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

BRISTOL, Katharine G. The Pruitt-Igoe Myth. *Journal of Architectural Education*, v. 44, n. 3, p. 163-171, May, 1991.

CAMARINHA, Ana Beatriz; SINDER, Matheus. Nas águas da Guanabara, a Ponte Rio-Niterói: trabalho e trabalhadores durante a Política Econômica do AI-5. In: SARAIVA, Luiz Fernando; SOARES, Luiz Carlos (orgs.). *Histórias de trabalho e trabalhadores: reflexões da história econômica entre o trabalho escravo e o trabalho livre*. São Paulo: Hucitec, 2024. (p. 257-294).

CORRÊA, Magalhães. A Guanabara como natureza: águas cariocas III. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 maio 1936. p.11. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/089842/per089842_1936_12732.pdf

COSTA, Lucio. *Considerações sobre arte contemporânea*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1952.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2015.

ETUB, Escritório Técnico da Universidade do Brasil. Ilha Universitária. Separata da *Revista do Serviço Público*, ano XV, v. 1, n. 2. Rio de Janeiro: 1954.

ETUB, Escritório Técnico da Universidade do Brasil. *Cidade Universitária da Universitária do Brasil*. Rio de Janeiro, 1952.

ESTAMIRA. Direção de Marcos Prado. Brasil, Rio de Janeiro: Zazen Produções, 2006.

ESTÃO DESAPARECENDO os mangues de Amorim. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1938. p. 5. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/089842/per089842_1938_13258.pdf.

FREIRE, Letícia de Luna. *Próximo do saber, longe do progresso: história e morfologia social de um assentamento urbano no campus universitário da Ilha do Fundão-RJ*. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Acesso: <http://ppg antropologia.sites.uff.br/teses-2010/>.

JENCKS, Charles. *The Language of Post-Modern Architecture*. New York: Rizzoli International Publications, Inc, 1977.

KOYAANISQATSI: life out of balance. Direção de Godfrey Reggio. EUA, IRE Productions, 1982.

LE GUIN, Ursula. *Teoria da bolsa da ficção*. São Paulo: Editora N-1, 2021.

LES GLANEURS et la glaneuse. Direção de Agnes Varda. França, Ciné Tamaris, 2000 (82 min.)

LIPPARD, Lucy. *Undermining: a wild ride through land use, politics, and art in the changing West*. New York: The New Press, 2014.

MACHADO, Gisele Cardoso de Almeida. *Da Ilha de Sapucaia ao Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho: a criação de territórios do lixo da cidade do Rio de Janeiro como expressão da segregação espacial*. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. DOI: 10.17771/PUCRio.acad.20967. Acesso em: 2025-11-19.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira; MARTINS, Roberto de A. Os miasmas e a teoria microbiana das doenças [Miasma and the Microbian Theory of Diseases]. *Scientific American Brasil*, 6, p. 68-73, 2006 (Série História).

MUNIZ, Lindenberg Freitas. O papel da Igreja do Bom Jesus da Coluna na história do Brasil. In: FERREIRA SOBRINHO, Antonio.; FERREIRA, Maristela da Silva; SOUZA, Ana Beatriz Ramos de (orgs.). *Preservação da memória do Asilo dos Inválidos da Pátria e do sítio histórico da Ilha do Bom Jesus: um tributo aos heróis e mártires do Brasil*. Rio de Janeiro: Letras e Versos, 2020, p. 78-85.

O DESCANSO semanal dos “garys”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 mar. 1932, p. 3. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/089842/per089842_1932_11421.pdf.

PINTO, Gelson de Almeida; BUFFA, Ester. *Arquitetura e educação: campus universitários brasileiros* [online]. São Carlos: EdUFSCar, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788576003748>.

RIBEIRO, Olívia Domingues et al. *Lecythis pisonis: sapucaia*. In: CORADIN, Lidio; CAMILLO, Julcéia; VIEIRA, Ima Célia Guimarães (eds.) *Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: plantas para o futuro: região norte*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade, 2022.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas: crônicas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995 (Coleção Biblioteca Carioca).

TSING, Anna. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

UM INCENDIO na Sapucaia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 ago. 1936. p.8. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/089842/per089842_1936_12815.pdf.

Artigo submetido em janeiro de 2026 e aprovado em junho de 2026.

Como citar:

DIDECO, Luiza. Sapucaia tecnológica e a coleta de coisas brancas. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, PPGAV-UFRJ, v. 32, n. 51, p. 57-77, jan.-jun. 2026. ISSN-2448-3338. DOI: <https://doi.org/10.60001/ae.n51.3>. Disponível em: <http://revistas.ufrj.br/index.php/ae>